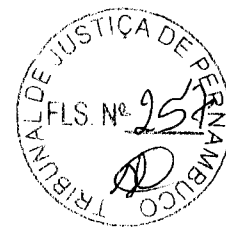




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 201.087-5**

**172**

**COMARCA: CARUARU**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: JOSÉ JOSUEL FLORENCIO**

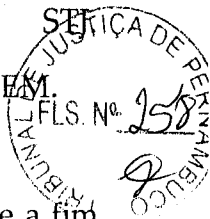
**PACIENTE: GILVANO BATISTA DA SILVA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA DE OLIVEIRA LUNA**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. RECEPÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE E EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. IMPROCEDÊNCIA. DECRETO PRISIONAL FUNDADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA FUTURA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE SE EVADIU DO DISTRITO DA CULPA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO IMPLICAM EM CONCESSÃO AUTOMÁTICA DE LIBERDADE PROVISÓRIA. O EXCESSO DE PRAZO OBSERVADO NA HIPÓTESE DOS AUTOS FOI PROVOCADO PELA DEFESA DOS ACUSADOS.

APLICAÇÃO DA SÚMULA 64 DO STF  
UNANIMEMENTE, FOI DENEGADA A ORDEM.



1. A autoridade impetrada decretou a prisão preventiva do paciente a fim de resguardar a ordem pública e garantir a futura aplicação da lei penal. Édito construtivo cuja edição se justifica em face do paciente haver intentado fuga do distrito da culpa. 173
2. Condições pessoais favoráveis não implicam na concessão automática de liberdade provisória quando há nos autos outros elementos que recomendem a manutenção da prisão cautelar.
3. O excesso de prazo que se verificou na hipótese dos autos foi provocado tanto pela fuga do paciente como pela defesa dos acusados, a qual protelou, entre outros atos, o oferecimento da defesa preliminar.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 201.087-5 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 22 de dezembro de 20 09

  
Des. Presidente

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 201.087-5

174

COMARCA: CARUARU

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ JOSUEL FLORENCIO

PACIENTE: GILVANO BATISTA DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA DE OLIVEIRA LUNA

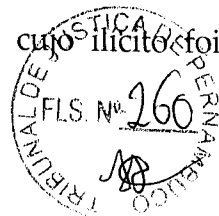
RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

### RELATÓRIO

O advogado José Josuel Florêncio impetra o presente *habeas corpus* em favor de **GILVANO BATISTA DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru.

Aduz o impetrante que o paciente foi preso em 21/julho/2009 em face de haver sido decretada sua prisão preventiva pela autoridade apontada como coatora no dia 26/maio/2006, em virtude de haver sido acolhida representação formulada pela autoridade policial. Afirmo que o paciente foi denunciado nas penas do art. 180, c/c art. 69, ambos do Código Penal, juntamente com Igor Bonieks Guilhermino Alves da Silva e Sivaldo Gomes da Silva, estes denunciados nas sanções do art. 157, § 2º, I e II, do

Diploma Punitivo e art. 16, parágrafo único, I, da Lei nº 10.826/03, cujo ilícito foi imputado somente ao último denunciado.



175

O impetrante argumenta que não se encontram presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão provisória, ressaltando que, muito embora o paciente não tenha sido encontrado em seu endereço para a diligência citatória efetuada pelo oficial de justiça, foi encontrado neste mesmo endereço para a sua prisão, fato que demonstra que não houve fuga do distrito da culpa. Registra que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, tem residência fixa e ocupação lícita, razão pela qual faz jus à concessão de liberdade provisória.

Alega, ainda, que o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal em face do excesso injustificado de prazo para conclusão da instrução criminal, tendo em vista que está custodiado provisoriamente há 96 (noventa e seis) dias, sem que as testemunhas de acusação tenham sido ouvidas, fato que viola o prazo de 81 dias assinalado na legislação processual penal para conclusão do sumário.

Pugna, por fim, pela concessão da ordem com o fim de que o decreto de prisão preventiva seja revogado, bem como seja expedido alvará de soltura em favor do paciente.

Juntou os documentos de fls. 08/259.

O pedido de concessão de liminar foi indeferido, a teor da decisão interlocutória de fls. 265/266.

A autoridade tida como coatora prestou informações às fls. 233/234, acostando os documentos de fls. 235/245.

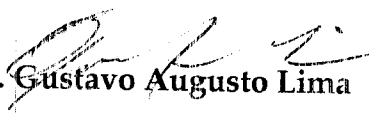
A douta Procuradoria de Justiça exarou parecer às fls. 251/253, opinando pela denegação da ordem.

176



**É O RELATÓRIO.**

Recife, 22 de dezembro de 2009

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

177

PROCESSO Nº 201.087-5

COMARCA: CARUARU

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ JOSUEL FLORENCIO

PACIENTE: GILVANO BATISTA DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA DE OLIVEIRA LUNA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de ação constitucional de *habeas corpus* impetrada pelo advogado José Josuel Florencio em favor de **GILVANO BATISTA DA SILVA**, onde é apontado o juiz de direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru como autoridade coatora.

A presente impetração está lastreada, em síntese, nos seguintes fundamentos: Ausência dos requisitos inscritos no art. 312 do CPP que autorizam a decretação da prisão preventiva; atributos pessoais favoráveis do paciente; e excesso de prazo para conclusão da instrução criminal.

Para melhor compreensão da controvérsia reputo salutar levar ao conhecimento da Turma os fatos que ensejaram a denúncia. Consta da preambular acusatória que, no dia 28/outubro/2008, por volta das 20:00 h, na Rua Manoel Abreu, Caiucá, Município de Caruaru, Igor Bonieks Guilhermino Alves da Silva e Sivaldo Gomes da Silva, em unidade de desígnios, subtraíram de Edson Luiz da Silva, mediante violência exercida com emprego de um revólver do calibre .38, uma moto Honda CG de placas de matrícula KJG-9949, dois capacetes, um aparelho celular, além de um capacete e as chaves da motocicleta de propriedade de Erik Henrique de Lima, além de dois celulares e a carteira porta documentos de Denis Kleber da Silva. Segundo se apurou na fase inquisitorial, as vítimas se encontravam juntas conversando, oportunidade em que os citados denunciados chegaram a pé, tendo Igor Bonieks sacado a referida arma de fogo e anunciado o assalto.

No dia 29/outubro/2008 Igor Bonieks foi preso, oportunidade em que a motocicleta de propriedade da vítima Edson, Honda CG Titan 150, KJG-9949, e outra motocicleta (Honda Biz, KHR-0126), foram encontradas na residência do paciente. A denúncia narra que, em virtude das diligências policiais efetuadas em sua residência, o paciente empreendeu fuga.

O impetrante alega que, na hipótese dos autos, não estariam presentes os requisitos do art. 312 do CPP que autorizam a decretação da prisão preventiva. Esguardando o édito segregatório, cuja cópia se vê às fls. 223/225, verifica-se que a autoridade impetrada decretou a prisão do paciente a fim de resguardar a ordem pública e garantir a futura aplicação da lei penal, visto que os acusados se evadiram do distrito da culpa após a prática dos crimes.

Constata-se, sem maior esforço, que o decreto de prisão preventiva sob censura se encontra devidamente fundamentado em fatos concretos colhidos no curso

da fase inquisitorial. Ademais, a fuga do distrito da culpa se constitui em motivo suficiente para decretação da prisão cautelar do acusado. Neste sentido:

179



**STJ:** *"A fuga do acusado do distrito da culpa constitui fundamento suficiente na decretação de sua prisão preventiva, para garantia da aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal" (RSTJ 104/408).*

Argumenta ainda o impetrante que os atributos pessoais favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita indicam que o paciente não irá por em risco a ordem pública, fazendo jus, portanto, à concessão de liberdade provisória.

Como é cediço, a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa e emprego definido não garantem, de per si, o direito do acusado a permanecer em liberdade acaso presentes nos autos quaisquer dos requisitos autorizadores da prisão preventiva. Neste sentido:

*(HC 120.121/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009).*

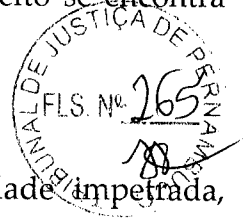
*As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa não são suficientes para garantir ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar.*

Também não merece agasalho a afirmação do impetrante de que o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal em face do excesso injustificado de prazo para conclusão da instrução criminal. O fato delituoso (receptação) ocorreu no dia 29/outubro/2008. A denúncia foi oferecida em 03/outubro/2008, tendo sido recebida



em 25/novembro/2008. Consoante os informes oficiais, atualmente o feito se encontra com audiência de instrução designada para o dia 22/dezembro/2009.

180



Do exame das informações fornecidas pela autoridade impetrada, infere-se que o motivo principal do atraso no regular desenvolvimento da instrução processual residiu em circunstâncias alheias à vontade do magistrado processante. A diligência de citação do paciente teve que ser realizada por duas vezes, sem que tivesse êxito. Deve ser levado em consideração que a fuga do paciente do distrito da culpa contribuiu de forma decisiva para o alongamento da instrução criminal, tanto que a defesa prévia somente foi oferecida em 20/maio/2009.

A autoridade indigitada coatora, ao proferir a decisão cuja cópia se vê à fl. 245, salientou também que o excesso de prazo verificado no processo deve ser imputado à defesa, tendo em vista que até o dia 19/outubro/2009 os acusados Igor Bonieks e Sivaldo Gomes da Silva ainda não tinham oferecido defesa preliminar, apesar do primeiro haver constituído advogado nos autos desde o dia 20/maio/2009.

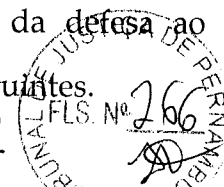
Portanto, diante destes fatos, verifica-se que a própria conduta do paciente em se evadir do distrito da culpa contribuiu de forma primordial para o alongamento da instrução processual. Em casos tais, não há razão em se falar de constrangimento ilegal. Neste sentido:

*(HC 107.941/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 13/10/2008)*

*Ademais, consoante a jurisprudência pacífica desta Corte, não há de se falar em excesso de prazo quando a instrução criminal está suspensa devido à fuga do réu do distrito da culpa. Precedentes.*

Outro fator preponderante para o não cumprimento dos prazos processuais foi a conduta tanto do acusado Sivaldo Gomes da Silva, cuja inércia em indicar um defensor causou demora na condução do feito, quanto da defesa ao desconsiderar os prazos para a oferta da defesa preliminar de seus constituintes.

181



Na hipótese vertente, deve ser observado o teor da **Súmula 64 do STJ** que preconiza que não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo provocado pela defesa.

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em harmonia com a manifestação ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É COMO VOTO.

Recife, 22 de dezenbro de 20 09

  
Des. Gustavo Augusto de Lima

Relator